

## **Aula Extra - Prof. Túlio Lages**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**  
07 de Junho de 2025  
**Manzato Moises**

# Índice

1) Questionário de Revisão - Extra - Lei de Acesso a Informação .....	3
2) Questionário de Revisão - Extra - LGPD .....	22



# LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

### Perguntas

1. A quais dos órgãos ou entidades a seguir se aplica a LAI?
  - a. Ministério do Poder Executivo Federal;
  - b. Tribunal de Justiça Estadual;
  - c. Câmara Municipal;
  - d. Autarquia Federal;
  - e. Sociedade de Economia Mista Estadual;
  - f. Concessionária de Transporte Municipal;
  - g. Entidade Privada sem Fins Lucrativos com convênio com a União.

2. Suponha que, em uma reunião com seus ministros, o Chefe do Poder Executivo de determinado ente federativo tenha tratado de diversos assuntos, entre os quais a mudança em ações de políticas públicas de habitação e a inclusão (na pasta da defesa) de projeto de pesquisa cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade.

Uma jornalista, indignada com a situação habitacional do ente em questão, solicita, com base na LAI, acesso à transcrição da reunião.

A assessoria jurídica do Chefe do Poder Executivo recomenda a denegação do acesso, não autorizando o acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa.

A recomendação da assessoria jurídica está correta? Justifique.

3. A divulgação de informações por parte dos órgãos e entidades públicas deve ser entendida como uma faculdade ou uma obrigação? Quais informações devem ser divulgadas? A divulgação deve ocorrer em quais locais ou por quais meios?

4. Considere que Manuel tenha apresentado pedido de acesso a informação de interesse público ao Ministério das Minas e Energia (MME), especificando a informação requerida.

O órgão decidiu pela negativa de acesso à informação solicitada, alegando que não constavam do requerimento a identificação do requerente, nem os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.



Após obter o inteiro teor da decisão mediante o pagamento de taxa exigida pelo MME, conquanto não tivesse havido necessidade de reprodução de documentos pelo órgão, Manuel interpôs recurso dirigido à hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

Obtendo nova negativa, Manuel recorreu à CGU, alegando que os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na LAI não foram observados.

A CGU indeferiu o recurso, aduzindo que a peça só poderia ter sido a ela dirigida depois de submetida à apreciação de pelo menos três autoridades hierarquicamente superiores àquela que exarou a decisão impugnada.

Irresignado, Manuel interpôs recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações contra a decisão da CGU.

A situação narrada guarda total consonância com a LAI? Justifique.

5. Complete as lacunas a seguir, a respeito da autorização ou concessão do acesso à informação:

5.1. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ à informação disponível;

5.2. Não sendo possível conceder o acesso \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ a informação, indicar, se for do seu \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ expressa de seu pedido de informação.

5.3. O prazo acima poderá ser prorrogado por mais \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ dias, mediante \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

6. Complete as lacunas a seguir, a respeito das exceções às restrições de acesso à informação:

6.1. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_.



6.2. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ de acesso.

6.3. O disposto na LAI não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

6.4. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_, vida \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_, \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ e \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

6.5. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ anos a contar da sua data de \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ ou \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ expresso da pessoa a que elas se referirem.

6.6. Aquele que obtiver acesso às informações pessoais será \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ por seu uso indevido.

6.7. O consentimento expresso da pessoa não será exigido quando as informações pessoais forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_;

IV - à defesa de direitos \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_; ou

V - à proteção do interesse \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_ e geral preponderante.

VI - A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o \_\_\_\_ (s) \_\_\_\_ das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos \_\_\_\_ (t) \_\_\_\_ de maior relevância.



7. Considere que o Presidente da República tenha classificado como secreta, pelo prazo de 30 anos, informação cuja divulgação ou acesso irrestrito possam por em risco a vida da população, formalizando a decisão com conteúdo adstrito ao assunto sobre o qual versava a informação e a indicação do prazo de sigilo.

Mesmo sem ser provocada, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, após requisitar do Presidente da República esclarecimentos sobre a classificação por este realizada, decidiu rever tal classificação, alterando o grau de sigilo da informação para reservado, por prazo de 10 anos.

A situação narrada guarda total consonância com a LAI? Justifique.

8. Complete as lacunas a seguir, a respeito da proteção e controle de informações sigilosas na LAI:

8.1. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_.

8.1.1. O acesso, a divulgação e o \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ de informação classificada como sigilosa são restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

8.1.2. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ o sigilo.

8.1.3. Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_, alteração \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_, acesso, transmissão e divulgação não \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_.

8.2. As autoridades \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

8.2.1. A pessoa \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ ou entidade \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da LAI.

9. Complete as lacunas a seguir, a respeito da classificação e desclassificação de informações na LAI:





9.1. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

9.1.1. rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ meses;

9.1.2. rol de documentos classificados em cada grau de \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_, com identificação para referência futura;

9.1.3. relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

10. Cite três condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar. A que penalidades estão sujeitos esses agentes? E os órgãos e entidades públicos, de que forma respondem? E as pessoas físicas ou entidades privadas que detiverem informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público?

## Perguntas com respostas

1. A quais dos órgãos ou entidades a seguir se aplica a LAI?

- a. Ministério do Poder Executivo Federal;
- b. Tribunal de Justiça Estadual;
- c. Câmara Municipal;
- d. Autarquia Federal;
- e. Sociedade de Economia Mista Estadual;
- f. Concessionária de Transporte Municipal;
- g. Entidade Privada sem Fins Lucrativos com convênio com a União.

Segundo a inteligência dos arts. 1º e 2º da LAI, aplica-se esse normativo aos órgãos e entidades mencionadas em a, b, c, d, e, g (somente à parcela dos recursos públicos recebidos), mas não em f.

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*

*Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*



I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

2. Suponha que, em uma reunião com seus ministros, o Chefe do Poder Executivo de determinado ente federativo tenha tratado de diversos assuntos, entre os quais a mudança em ações de políticas públicas de habitação e a inclusão (na pasta da defesa) de projeto de pesquisa cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade.

Uma jornalista, indignada com a situação habitacional do ente em questão, solicita, com base na LAI, acesso à transcrição da reunião.

A assessoria jurídica do Chefe do Poder Executivo recomenda a denegação do acesso, não autorizando o acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa.

A recomendação da assessoria jurídica está correta? Justifique.

Não. Apesar de o art. 7º, § 1º, preconizar que o acesso à informação não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, o art. 7º, § 2º, assegura o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

3. A divulgação de informações por parte dos órgãos e entidades públicas deve ser entendida como uma faculdade ou uma obrigação? Quais informações devem ser divulgadas? A divulgação deve ocorrer em quais locais ou por quais meios?

A divulgação deve ser entendida como uma obrigação, um dever a ser cumprido por parte dos órgãos e entidades públicas, independentemente de requerimentos, conforme art. 8º, caput.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas





*competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*

Conforme o mesmo artigo, devem ser divulgadas as informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas (pelos órgãos e entidades públicas), devendo constar na divulgação, no mínimo, o conteúdo previsto no art. 8º, § 1º, I a VI.

*Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*

*§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:*

*I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;*

*II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;*

*III - registros das despesas;*

*IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;*

*V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e*

*VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.*

Conforme o mesmo caput do art. 8º da LAI, a divulgação deve ocorrer em local de fácil acesso, devendo ser utilizados todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem os órgãos e entidades públicas, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), consoante art. 8º, § 2º

*Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*

*(...)*



§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão *utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).*

Os sítios oficiais que realizarão a mencionada divulgação devem, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos requisitos previstos no art. 8º, § 3º, I a VII.

Art. 8º (...)

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - *conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;*

II - *possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;*

III - *possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;*

IV - *divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;*

V - *garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;*

VI - *manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;*

VII - *indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e*

VIII - *adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.*

Ficam desobrigados da mencionada divulgação obrigatória na internet. Os Municípios com população de até 10.000 habitantes. Porém, fica mantido o dever de divulgarem, em tempo real, as informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos na LRF:

Art. 8º, § 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes *ficam dispensados* da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução



*orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 13-B da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).*

4. Considere que Manuel tenha apresentado pedido de acesso a informação de interesse público ao Ministério das Minas e Energia (MME), especificando a informação requerida.

O órgão decidiu pela negativa de acesso à informação solicitada, alegando que não constavam do requerimento a identificação do requerente, nem os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Após obter o inteiro teor da decisão mediante o pagamento de taxa exigida pelo MME, conquanto não tivesse havido necessidade de reprodução de documentos pelo órgão, Manuel interpôs recurso dirigido à hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

Obtendo nova negativa, Manuel recorreu à CGU, alegando que os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na LAI não foram observados.

A CGU indeferiu o recurso, aduzindo que a peça só poderia ter sido a ela dirigida depois de submetida à apreciação de pelo menos três autoridades hierarquicamente superiores àquela que exarou a decisão impugnada.

Irresignado, Manuel interpôs recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações contra a decisão da CGU.

A situação narrada guarda total consonância com a LAI? Justifique.

Não integralmente.

Primeiramente, embora a identificação do requerente seja exigida pela LAI, o MME não poderia ter negado o acesso à informação com base na ausência da apresentação dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

*Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, **devendo o pedido conter a identificação do requerente** e a especificação da informação requerida.*

*§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.*

*§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.*

*§ 3º **São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.***

Por outro lado, de fato Manuel possui o direito de obter o inteiro teor da decisão denegatória.



Art. 14. *E direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.*

Entretanto, foi irregular a cobrança do pagamento de taxa, já que não houve necessidade reprodução de documentos por parte do MME.

Art. 12. *O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.*

Parágrafo único. *Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.*

Dando sequência à análise, diante do indeferimento do acesso a informações pretendido, Manuel poderia efetivamente interpor recurso, que deveria ser realmente dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

Art. 15. *No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.*

Parágrafo único. *O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.*

Ainda, de fato a CGU possui competência para atuar, em grau recursal, no caso de os procedimentos classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não terem sido observados.

Art. 16. *Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:*

*I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;*

*II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;*

*III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não terem sido observados; e*



IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

Entretanto, para que seja provocada a CGU em grau recursal, bastava prévia apreciação de uma única autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, e não três conforme o enunciado.

Art. 16, § 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de **pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada**, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

Por fim, em razão do indeferimento do recurso por parte da CGU, é de fato cabível recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Art. 16, 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, **poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações**, a que se refere o art. 35.

5. Complete as lacunas a seguir, a respeito da autorização ou concessão do acesso à informação:

5.1. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ à informação disponível;

5.2. Não sendo possível conceder o acesso \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ a informação, indicar, se for do seu \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ expressa de seu pedido de informação.

5.3. O prazo acima poderá ser prorrogado por mais \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ dias, mediante \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

(a) imediato	(b) imediato	(c) vinte	(d) recusa	(e) não possui
(f) conhecimento	(g) requerimento	(h) remessa	(i) dez	(j) justificativa





6. Complete as lacunas a seguir, a respeito das exceções às restrições de acesso à informação:

6.1. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_.

6.2. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ de acesso.

6.3. O disposto na LAI não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

6.4. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_, vida \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_, \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ e \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

6.5. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ anos a contar da sua data de \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ ou \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ expresso da pessoa a que elas se referirem.

6.6. Aquele que obtiver acesso às informações pessoais será \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ por seu uso indevido.

6.7. O consentimento expresso da pessoa não será exigido quando as informações pessoais forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_;

IV - à defesa de direitos \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_; ou

V - à proteção do interesse \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_ e geral preponderante.



VI - A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o \_\_\_\_ (s) \_\_\_\_ das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos \_\_\_\_ (t) \_\_\_\_ de maior relevância.

(a) fundamentais	(b) humanos	(c) restrição	(d) econômica	(e) intimidade
(f) privada	(g) honra	(h) imagem	(i) cem	(j) produção
(k) legal	(l) consentimento	(m) responsabilizado	(n) incapaz	(o) vedada
(p) judicial	(q) humanos	(r) público	(s) titular	(t) históricos

7. Considere que o Presidente da República tenha classificado como secreta, pelo prazo de 30 anos, informação cuja divulgação ou acesso irrestrito possam por em risco a vida da população, formalizando a decisão com conteúdo adstrito ao assunto sobre o qual versava a informação e a indicação do prazo de sigilo.

Mesmo sem ser provocada, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, após requisitar do Presidente da República esclarecimentos sobre a classificação por este realizada, decidiu rever tal classificação, alterando o grau de sigilo da informação para reservado, por prazo de 10 anos.

A situação narrada guarda total consonância com a LAI? Justifique.

Não integralmente.

Realmente, uma informação cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a vida da população é considerada imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passível de classificação.

*Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:*

*I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;*

*II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;*

*III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;*

*IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;*

*V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;*



VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Além disso, de fato, o Presidente da República possui competência para classificar uma informação como secreta, conforme art. 27, II.

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

a) Presidente da República;

b) Vice-Presidente da República;

c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;

d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e

e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

Entretanto, a informação classificada como secreta possui prazo máximo de restrição de acesso de 15 anos, de modo que não poderia ter sido colocada uma restrição de 30 anos.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.



§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Além disso, a formalização da decisão que classifica a informação em determinado grau de sigilo deve conter mais elementos do que o assunto sobre o qual versa a informação e a indicação do prazo de sigilo.

Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - assunto sobre o qual versa a informação;

II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;

III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e

IV - identificação da autoridade que a classificou.

Parágrafo único. A decisão referida no caput será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.

Por outro lado, de fato a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) tem a prerrogativa de requisitar esclarecimentos do Presidente da República por ter classificado informação como secreta, conforme art. 35, § 1º, I.

Além disso, a CMRI também possui a competência para, mesmo de ofício, rever a classificação de uma informação secreta, em sintonia com o disposto no art. 35, § 1º, II.

Art. 35. (VETADO).

§ 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:



*I - requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;*

*II - rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7º e demais dispositivos desta Lei; e*

*III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.*

Entretanto, a alteração da classificação para o grau reservado não poderia prever um prazo de 10 anos, já que o prazo máximo para tal grau de sigilo é de 5 anos (art. 24, III, já transcrito acima).

## 8. Complete as lacunas a seguir, a respeito da proteção e controle de informações sigilosas na LAI:

8.1. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_.

8.1.1. O acesso, a divulgação e o \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ de informação classificada como sigilosa são restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

8.1.2. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ o sigilo.

8.1.3. Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_, alteração \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_, acesso, transmissão e divulgação não \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_.

8.2. As autoridades \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

8.2.1. A pessoa \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ ou entidade \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da LAI.

(a) sigilosas	(b) proteção	(c) tratamento	(d) credenciadas	(e) resguardar
---------------	--------------	----------------	------------------	----------------





(f) perda	(g) indevida	(h) autorizados	(i) públicas	(j) hierarquicamente
(k) física	(l) privada			

9. Complete as lacunas a seguir, a respeito da classificação e desclassificação de informações na LAI:

9.1. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

9.1.1. rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ meses;

9.1.2. rol de documentos classificados em cada grau de \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_, com identificação para referência futura;

9.1.3. relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

(a) anualmente	(b) doze	(c) sigilo	(d) aceitos
----------------	----------	------------	-------------

10. Cite três condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar. A que penalidades estão sujeitos esses agentes? E os órgãos e entidades públicos, de que forma respondem? E as pessoas físicas ou entidades privadas que detiverem informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público?

As condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente estão dispostas no art. 32 (I a VI):

*Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:*

*I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;*

*II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;*

*III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;*



*IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;*

*V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;*

*VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e*

*VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.*

Esses agentes estão sujeitos às penalidades indicadas no mesmo artigo (§ 1º, I a II)

*§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no **caput** serão consideradas:*

*I - para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, transgressões militares médias ou graves, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou*

*II - para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.*

*§ 2º Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.*

Já os órgãos e entidades públicas respondem objetivamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais, cabendo o regresso no caso de dolo ou culpa do agente (art. 34).

Finalmente, as pessoas físicas ou entidades privadas sujeitam-se às sanções constantes do art; 33 (I a V):

*Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:*

*I - advertência;*

*II - multa;*



*III - rescisão do vínculo com o poder público;*

*IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e*

*V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.*

*§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.*

*§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.*

*§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.*



# LGPD

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

### Perguntas

1) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais (art. 2º da LGPD):

1.1) o \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ à privacidade;

1.2) a autodeterminação \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_;

1.3) a \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ de expressão, de informação, de \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ e de opinião;

1.4) a \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ da intimidade, da \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_ e da imagem;

1.5) o \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ econômico e \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ e a inovação;

1.6) a \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ iniciativa, a \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ concorrência e a defesa do \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_; e

1.7) os direitos \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_, o \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ desenvolvimento da \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_, a dignidade e o exercício da \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ pelas pessoas naturais.

2) Complete as lacunas a seguir, a respeito das definições previstas na LGPD (art. 5º):

2.1) dado pessoal: informação relacionada a pessoa \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ identificada ou \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_;

2.2) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_, opinião \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_, filiação a \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ ou a organização de caráter religioso, \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_ ou político, dado referente à saúde ou à vida \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_, dado genético ou \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_, quando vinculado a uma pessoa \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_;

2.3) dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_, considerando a utilização de meios técnicos \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ e disponíveis na ocasião de seu \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_;

2.4) tratamento: toda operação realizada com dados \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

2.5) anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_, direta ou \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_, a um indivíduo;



2.6) consentimento: manifestação \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_ determinada;

3) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos princípios a serem observados nas atividades de tratamento de dados pessoais (art. 6º da LGPD):

3.1) finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_;

3.2) adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ do tratamento;

3.3) necessidade: limitação do tratamento ao \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ em relação às finalidades do tratamento de dados;

3.4) livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_ e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ de seus dados pessoais;

3.5) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

3.6) \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

3.7) segurança: utilização de \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ técnicas e administrativas aptas a \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

3.8) prevenção: adoção de medidas para \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

3.9) não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ ilícitos ou abusivos;

3.10) responsabilização e prestação de contas: \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.





4) Considere as duas situações a seguir:

a) Foi realizado tratamento de dados pessoais por determinado órgão público, para tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em lei. O tratamento realizado pelo órgão público estaria aderente ao previsto na LGPD?

b) Determinado órgão de pesquisa, responsável pela realização de estudos científicos, realizou o tratamento de dados pessoais, garantindo a anonimização destes dados. De acordo com a LGPD, esse órgão de pesquisa poderá realizar o referido tratamento de dados pessoais?

5) Complete as lacunas a seguir, a respeito das características das informações de tratamento de dados que devem ser disponibilizadas ao seu titular (art. 9º da LGPD):

5.1) \_\_\_(a)\_\_\_ específica do tratamento;

5.2) forma e \_\_\_(b)\_\_\_ do tratamento, observados os segredos comercial e \_\_\_(c)\_\_\_;

5.3) identificação do \_\_\_(d)\_\_\_;

5.4) informações de \_\_\_(e)\_\_\_ do controlador;

5.5) informações acerca do uso \_\_\_(f)\_\_\_ de dados pelo controlador e a finalidade;

5.6) responsabilidades dos agentes que realizarão o \_\_\_(g)\_\_\_; e

5.7) direitos do \_\_\_(h)\_\_\_, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 da LGPD.

6) Considere as duas situações a seguir:

a) João realizou o tratamento de dados pessoais sensíveis de Maria, titular destes dados, após seu consentimento de forma ampla e não destacada.

b) João realizou o tratamento de dados pessoais sensíveis da titular Maria, sem o consentimento desta, porém indispensável para o cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador.

Nos casos acima, a LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais sensíveis de Maria realizado por João?



7) Complete as lacunas a seguir, a respeito do tratamento de dados pessoais de crianças (art. 14, § 1º, da LGPD):

O consentimento deve ser \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ e em \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ dado por pelo menos um dos pais ou pelo \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ legal.

8) Ao se verificar que os dados deixaram de ser pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada, o que ocorre com o tratamento dos dados pessoais?

9) De acordo com a LGPD, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, é possível a conservação dos dados pessoais após o término de seu tratamento?

10) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos direitos do titular dos dados (art. 17 da LGPD):

Toda pessoa \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ tem assegurada a \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ e de privacidade, nos termos da LGPD.

11) De acordo com a LGPD, é possível que o titular obtenha do controlador a alteração de dados exatos?

12) Nos termos da LGPD, as empresas públicas e as sociedades de economia mista terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas?

13) No caso do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral, em que formato os dados deverão ser mantidos?

14) No caso de restar provado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, os agentes de tratamento serão responsabilizados?



15) Quais medidas deverão ser adotadas pelos agentes de tratamento para a proteção dos dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito?

16) Complete as lacunas a seguir, a respeito do disposto sobre boas práticas e governança na LGPD (art. 50, *caput*):

Os controladores e \_\_\_\_(a)\_\_\_\_, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de \_\_\_\_(b)\_\_\_\_, poderão formular regras de boas práticas e de \_\_\_\_(c)\_\_\_\_ que estabeleçam as \_\_\_\_(d)\_\_\_\_ de organização, o \_\_\_\_(e)\_\_\_\_ de funcionamento, os procedimentos, incluindo \_\_\_\_(f)\_\_\_\_ e petições de titulares, as normas de \_\_\_\_(g)\_\_\_\_, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações \_\_\_\_(h)\_\_\_\_, os mecanismos internos de \_\_\_\_(i)\_\_\_\_ e de mitigação de \_\_\_\_(j)\_\_\_\_ e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

17) Complete as lacunas a seguir, a respeito das sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações que cometam às normas previstas na LGPD (art. 52, incisos I a XII):

17.1) \_\_\_\_(a)\_\_\_\_, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

17.2) \_\_\_\_(b)\_\_\_\_ simples, de até \_\_\_\_(c)\_\_\_\_% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ \_\_\_\_(d)\_\_\_\_ por infração;

17.3) \_\_\_\_(e)\_\_\_\_ diária, observado limite total a que se refere o parágrafo anterior;

17.4) \_\_\_\_(f)\_\_\_\_ da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;

17.5) \_\_\_\_(g)\_\_\_\_ dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

17.6) \_\_\_\_(h)\_\_\_\_ dos dados pessoais a que se refere a infração;

17.7) \_\_\_\_(i)\_\_\_\_ parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de \_\_\_\_(j)\_\_\_\_ meses, prorrogável por igual período, até a \_\_\_\_(k)\_\_\_\_ da atividade de tratamento pelo controlador;

17.8) \_\_\_\_(l)\_\_\_\_ do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de \_\_\_\_(m)\_\_\_\_ meses, prorrogável por igual período;



17.9) \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ parcial ou \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

18) Complete as lacunas a seguir, a respeito das competências da ANPD (art. 55-J, da LGPD):

18.1) zelar pela \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ dos dados pessoais, nos termos da legislação;

18.2) zelar pela \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ dos segredos comercial e industrial, observada a proteção de dados pessoais e do sigilo das informações quando protegido por lei ou quando a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2º da LGPD;

18.3) elaborar \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;

18.4) fiscalizar e aplicar \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ e o direito de \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_;

18.5) apreciar petições de titular contra controlador após comprovada pelo titular a apresentação de \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ ao controlador não solucionada no prazo estabelecido em regulamentação;

18.6) promover na \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança;

18.7) promover e elaborar \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade;

18.8) estimular a adoção de \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, os quais deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o porte dos responsáveis;

18.9) promover ações de \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional;

18.10) dispor sobre as formas de \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ das operações de tratamento de dados pessoais, respeitados os segredos comercial e industrial;

18.11) solicitar, a qualquer momento, às entidades do poder público que realizem operações de tratamento de dados pessoais informe específico sobre o âmbito, a natureza dos dados e os demais detalhes do tratamento realizado, com a possibilidade de emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da LGPD;



18.12) elaborar \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ de gestão anuais acerca de suas atividades;

18.13) editar \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos nesta Lei;

18.14) ouvir os agentes de tratamento e a sociedade em matérias de interesse relevante e prestar contas sobre suas atividades e planejamento;

18.15) arrecadar e aplicar suas receitas e publicar, no relatório de gestão a que se refere o inciso XII do *caput* deste artigo, o detalhamento de suas receitas e despesas;

27.16) realizar \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_, ou determinar sua realização, no âmbito da atividade de fiscalização de que trata o inciso IV do art. 55-J da LGPD e com a devida observância do disposto no inciso II do *caput* do mesmo artigo, sobre o tratamento de dados pessoais efetuado pelos agentes de tratamento, incluído o poder público;

18.17) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;

18.18) editar normas, orientações e procedimentos simplificados e diferenciados, inclusive quanto aos prazos, para que microempresas e empresas de pequeno porte, bem como iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_ ou empresas de inovação, possam adequar-se à LGPD;

18.19) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento, nos termos da LGPD e da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

18.20) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_ da LGPD, as suas competências e os casos omissos;

18.21) comunicar às autoridades competentes as infrações penais das quais tiver conhecimento;

18.22) comunicar aos órgãos de controle interno o \_\_\_\_ (s) \_\_\_\_ do disposto na LGPD por órgãos e entidades da administração pública federal;

18.23) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação;

18.24) implementar mecanismos \_\_\_\_ (t) \_\_\_\_, inclusive por meio eletrônico, para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com a LGPD.





19) Complete as lacunas a seguir, a respeito das competências do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (art. 58-B, da LGPD):

19.1) propor \_\_\_(a)\_\_\_ estratégicas e fornecer \_\_\_(b)\_\_\_ para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e para a atuação da \_\_\_(c)\_\_\_;

19.2) elaborar \_\_\_(d)\_\_\_ anuais de avaliação da \_\_\_(e)\_\_\_ das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;

19.3) sugerir \_\_\_(f)\_\_\_ a serem realizadas pela ANPD;

19.4) elaborar \_\_\_(g)\_\_\_ e realizar \_\_\_(h)\_\_\_ e audiências públicas sobre a proteção de dados pessoais e da \_\_\_(i)\_\_\_;

19.5) disseminar o \_\_\_(j)\_\_\_ sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade à \_\_\_(k)\_\_\_.

## Perguntas com respostas

1) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais (art. 2º da LGPD):

1.1) o \_\_\_(a)\_\_\_ à privacidade;

1.2) a autodeterminação \_\_\_(b)\_\_\_;

1.3) a \_\_\_(c)\_\_\_ de expressão, de informação, de \_\_\_(d)\_\_\_ e de opinião;

1.4) a \_\_\_(e)\_\_\_ da intimidade, da \_\_\_(f)\_\_\_ e da imagem;

1.5) o \_\_\_(g)\_\_\_ econômico e \_\_\_(h)\_\_\_ e a inovação;

1.6) a \_\_\_(i)\_\_\_ iniciativa, a \_\_\_(j)\_\_\_ concorrência e a defesa do \_\_\_(k)\_\_\_; e

1.7) os direitos \_\_\_(l)\_\_\_, o \_\_\_(m)\_\_\_ desenvolvimento da \_\_\_(n)\_\_\_, a dignidade e o exercício da \_\_\_(o)\_\_\_ pelas pessoas naturais.

(a) respeito	(b) informativa	(c) liberdade	(d) comunicação	(e) inviolabilidade
(f) honra	(g) desenvolvimento	(h) tecnológico	(i) iniciativa	(j) livre
(k) consumidor	(l) humanos	(m) livre	(n) personalidade	(o) cidadania

2) Complete as lacunas a seguir, a respeito das definições previstas na LGPD (art. 5º):

2.1) dado pessoal: informação relacionada a pessoa \_\_\_(a)\_\_\_ identificada ou \_\_\_(b)\_\_\_;

2.2) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção \_\_\_(c)\_\_\_, opinião \_\_\_(d)\_\_\_, filiação a \_\_\_(e)\_\_\_ ou a organização de caráter religioso, \_\_\_(f)\_\_\_ ou



político, dado referente à saúde ou à vida \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_, dado genético ou \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_, quando vinculado a uma pessoa \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_;

2.3) dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_, considerando a utilização de meios técnicos \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ e disponíveis na ocasião de seu \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_;

2.4) tratamento: toda operação realizada com dados \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

2.5) anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_, direta ou \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_, a um indivíduo;

2.6) consentimento: manifestação \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_ determinada;

(a) natural	(b) identificável	(c) religiosa	(d) política	(e) sindicato	(f) filosófico
(g) sexual	(h) biométrico	(i) natural	(j) identificado	(k) razoáveis	(l) tratamento
(m) pessoais	(n) disponíveis	(o) associação	(p) indireta	(q) livre	(r) finalidade

3) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos princípios a serem observados nas atividades de tratamento de dados pessoais (art. 6º da LGPD):

3.1) finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_;

3.2) adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ do tratamento;

3.3) necessidade: limitação do tratamento ao \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ em relação às finalidades do tratamento de dados;

3.4) livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_ e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ de seus dados pessoais;

3.5) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;



3.6) \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

3.7) segurança: utilização de \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ técnicas e administrativas aptas a \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

3.8) prevenção: adoção de medidas para \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

3.9) não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ ilícitos ou abusivos;

3.10) responsabilização e prestação de contas: \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

(a) informados	(b) finalidades	(c) contexto	(d) mínimo	(e) excessivos
(f) facilitada	(g) integralidade	(h) exatidão	(i) transparência	(j) medidas
(k) proteger	(l) prevenir	(m) discriminatórios	(n) demonstração	(o) comprovar

4) Considere as duas situações a seguir:

a) Foi realizado tratamento de dados pessoais por determinado órgão público, para tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em lei. O tratamento realizado pelo órgão público estaria aderente ao previsto na LGPD?

b) Determinado órgão de pesquisa, responsável pela realização de estudos científicos, realizou o tratamento de dados pessoais, garantindo a anonimização destes dados. De acordo com a LGPD, esse órgão de pesquisa poderá realizar o referido tratamento de dados pessoais?

Sim, para os dois casos.

No caso "a", a LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais pela **administração pública**, para o **tratamento e uso compartilhado** de dados **necessários à execução de políticas públicas previstas em leis** e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres (art. 7º, inciso III, da LGPD).

No caso "b", a LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais para a realização de estudos por **órgão de pesquisa**, garantida, **sempre que possível**, a **anonimização dos dados pessoais** (art. 7º, inciso IV, da LGPD).



Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - **pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;**

IV - **para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;**

V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

5) Complete as lacunas a seguir, a respeito das características das informações de tratamento de dados que devem ser disponibilizadas ao seu titular (art. 9º da LGPD):

5.1) \_\_\_(a)\_\_\_ específica do tratamento;

5.2) forma e \_\_\_(b)\_\_\_ do tratamento, observados os segredos comercial e \_\_\_(c)\_\_\_;

5.3) identificação do \_\_\_(d)\_\_\_;

5.4) informações de \_\_\_(e)\_\_\_ do controlador;

5.5) informações acerca do uso \_\_\_(f)\_\_\_ de dados pelo controlador e a finalidade;



5.6) responsabilidades dos agentes que realizarão o \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_; e

5.7) direitos do \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 da LGPD.

(a) finalidade	(b) duração	(c) industrial	(d) controlador
(e) contato	(f) compartilhado	(g) tratamento	(h) titular

6) Considere as duas situações a seguir:

a) João realizou o tratamento de dados pessoais sensíveis de Maria, titular destes dados, após seu consentimento de forma ampla e não destacada.

b) João realizou o tratamento de dados pessoais sensíveis da titular Maria, sem o consentimento desta, porém indispensável para o cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador.

Nos casos acima, a LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais sensíveis de Maria realizado por João?

Não, para o caso "a", e sim, para o "b".

No caso "a", a LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais sensíveis quando o titular consentir, desde que de **forma específica e destacada**, para finalidades específicas (art. 11, inciso I, da LGPD).

No caso "b", a LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais sensíveis **mesmo sem fornecimento de consentimento do titular, na hipótese em que for indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador** (art. 11, inciso II, alínea "a", da LGPD).

*Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:*

*I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;*

*II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:*

*a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;*

*b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;*

*c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;*





d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou

g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

**7) Complete as lacunas a seguir, a respeito do tratamento de dados pessoais de crianças (art. 14, § 1º, da LGPD):**

O consentimento deve ser \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ e em \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ dado por pelo menos um dos pais ou pelo \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ legal.

(a) específico	(b) destaque	(c) responsável
----------------	--------------	-----------------

**8) Ao se verificar que os dados deixaram de ser pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada, o que ocorre com o tratamento dos dados pessoais?**

Ocorre o seu **término** (art. 15, inciso I, da LGPD):

**Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:**

**I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;**

**II - fim do período de tratamento;**

**III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou**

**IV - determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.**

**9) De acordo com a LGPD, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, é possível a conservação dos dados pessoais após o término de seu tratamento?**





Sim. Regra geral, os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento. Porém, **há finalidades nas quais está autorizada a sua conservação**, conforme disposto no art. 16 da LGPD, que inclui o **cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador**.

*Art. 16. Os **dados pessoais** serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, **autorizada a conservação para as seguintes finalidades:***

*I - **cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;***

*II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;*

*III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou*

*IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.*

10) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos direitos do titular dos dados (art. 17 da LGPD):

Toda pessoa    (a)    tem assegurada a    (b)    de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de    (c)    e de privacidade, nos termos da LGPD.

(a) natural	(b) titularidade	(c) intimidade
-------------	------------------	----------------

11) De acordo com a LGPD, é possível que o titular obtenha do controlador a alteração de dados exatos?

Não. O titular dos dados pessoais tem o direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, **correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados** (o art. 18, inciso III, da LGPD).

*Art. 18. O titular dos dados pessoais **tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:***

*I - **confirmação da existência de tratamento;***

*II - **acesso aos dados;***

*III - **correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;***

*IV - **anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;***



V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

**12) Nos termos da LGPD, as empresas públicas e as sociedades de economia mista terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas?**

Não. A questão inverteu os tratamentos dispostos no art. 24, caput e parágrafo único, da LGPD. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, **quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas**, terão o mesmo **tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público**, conforme disposto no capítulo IV da LGPD (art. 24, parágrafo único).

Já as empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, **sujeitas ao disposto no art. 173 da CF/88**, terão **tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares**, nos termos da LGPD (art. 24, caput).

Cabe destacar o art. 173, da CF/88, que dispõe o seguinte:

*Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.  
(...)*

**13) No caso do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral, em que formato os dados deverão ser mantidos?**

Em **formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado** (art. 25, caput).



14) No caso de restar provado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, os agentes de tratamento serão responsabilizados?

Não, pois se trata de hipótese em que a responsabilidade dos agentes de tratamento é afastada (art. 43, III, da LGPD):

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;

II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou

III - que o dano é decorrente de **culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro**.

15) Quais medidas deverão ser adotadas pelos agentes de tratamento para a proteção dos dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito?

Medidas de segurança, técnicas e administrativas (art. 46, caput).

16) Complete as lacunas a seguir, a respeito do disposto sobre boas práticas e governança na LGPD (art. 50, caput):

Os controladores e \_\_\_\_(a)\_\_\_\_, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de \_\_\_\_(b)\_\_\_\_, poderão formular regras de boas práticas e de \_\_\_\_(c)\_\_\_\_ que estabeleçam as \_\_\_\_(d)\_\_\_\_ de organização, o \_\_\_\_(e)\_\_\_\_ de funcionamento, os procedimentos, incluindo \_\_\_\_(f)\_\_\_\_ e petições de titulares, as normas de \_\_\_\_(g)\_\_\_\_, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações \_\_\_\_(h)\_\_\_\_, os mecanismos internos de \_\_\_\_(i)\_\_\_\_ e de mitigação de \_\_\_\_(j)\_\_\_\_ e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

(a) operadores	(b) associações	(c) governança	(d) condições	(e) regime
(f) reclamações	(g) segurança	(h) educativas	(i) supervisão	(j) riscos

17) Complete as lacunas a seguir, a respeito das sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações que cometam às normas previstas na LGPD (art. 52, incisos I a XII):

17.1) \_\_\_\_(a)\_\_\_\_, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

17.2) \_\_\_\_(b)\_\_\_\_ simples, de até \_\_\_\_(c)\_\_\_\_% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ \_\_\_\_(d)\_\_\_\_ por infração;



- 17.3) \_\_\_(e)\_\_\_diária, observado limite total a que se refere o parágrafo anterior;
- 17.4) \_\_\_(f)\_\_\_da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- 17.5) \_\_\_(g)\_\_\_dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- 17.6) \_\_\_(h)\_\_\_dos dados pessoais a que se refere a infração;
- 17.7) \_\_\_(i)\_\_\_ parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de \_\_\_(j)\_\_\_ meses, prorrogável por igual período, até a \_\_\_(k)\_\_\_ da atividade de tratamento pelo controlador;
- 17.8) \_\_\_(l)\_\_\_ do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de \_\_\_(m)\_\_\_ meses, prorrogável por igual período;
- 17.9) \_\_\_(n)\_\_\_ parcial ou \_\_\_(o)\_\_\_ do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

(a) advertência	(b) multa	(c) 2	(d) 50.000.000
(e) multa	(f) publicização	(g) bloqueio	(h) eliminação
(i) suspensão	(j) 6	(k) regularização	(l) suspensão
(m) 6	(n) proibição	(o) total	

18) Complete as lacunas a seguir, a respeito das competências da ANPD (art. 55-J, da LGPD):

- 18.1) zelar pela \_\_\_(a)\_\_\_ dos dados pessoais, nos termos da legislação;
- 18.2) zelar pela \_\_\_(b)\_\_\_ dos segredos comercial e industrial, observada a proteção de dados pessoais e do sigilo das informações quando protegido por lei ou quando a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2º da LGPD;
- 18.3) elaborar \_\_\_(c)\_\_\_ para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- 18.4) fiscalizar e aplicar \_\_\_(d)\_\_\_ em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a \_\_\_(e)\_\_\_ e o direito de \_\_\_(f)\_\_\_;
- 18.5) apreciar petições de titular contra controlador após comprovada pelo titular a apresentação de \_\_\_(g)\_\_\_ ao controlador não solucionada no prazo estabelecido em regulamentação;
- 18.6) promover na \_\_\_(h)\_\_\_ o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança;



18.7) promover e elaborar \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade;

18.8) estimular a adoção de \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, os quais deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o porte dos responsáveis;

18.9) promover ações de \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional;

18.10) dispor sobre as formas de \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ das operações de tratamento de dados pessoais, respeitados os segredos comercial e industrial;

18.11) solicitar, a qualquer momento, às entidades do poder público que realizem operações de tratamento de dados pessoais informe específico sobre o âmbito, a natureza dos dados e os demais detalhes do tratamento realizado, com a possibilidade de emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da LGPD;

18.12) elaborar \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ de gestão anuais acerca de suas atividades;

18.13) editar \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos nesta Lei;

18.14) ouvir os agentes de tratamento e a sociedade em matérias de interesse relevante e prestar contas sobre suas atividades e planejamento;

18.15) arrecadar e aplicar suas receitas e publicar, no relatório de gestão a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, o detalhamento de suas receitas e despesas;

27.16) realizar \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_, ou determinar sua realização, no âmbito da atividade de fiscalização de que trata o inciso IV do art. 55-J da LGPD e com a devida observância do disposto no inciso II do caput do mesmo artigo, sobre o tratamento de dados pessoais efetuado pelos agentes de tratamento, incluído o poder público;

18.17) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos, de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;

18.18) editar normas, orientações e procedimentos simplificados e diferenciados, inclusive quanto aos prazos, para que microempresas e empresas de pequeno porte, bem como iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_ ou empresas de inovação, possam adequar-se à LGPD;





18.19) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento, nos termos da LGPD e da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

18.20) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a \_\_\_(r)\_\_\_ da LGPD, as suas competências e os casos omissos;

18.21) comunicar às autoridades competentes as infrações penais das quais tiver conhecimento;

18.22) comunicar aos órgãos de controle interno o \_\_\_(s)\_\_\_ do disposto na LGPD por órgãos e entidades da administração pública federal;

18.23) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação;

18.24) implementar mecanismos \_\_\_(t)\_\_\_, inclusive por meio eletrônico, para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com a LGPD.

(a) proteção	(b) observância	(c) diretrizes	(d) sanções	(e) ampla defesa
(f) recurso	(g) reclamações	(h) população	(i) estudos	(j) padrões
(k) cooperação	(l) publicidade	(m) relatórios	(n) regulamentos	(o) auditorias
p) irregularidades	(q) startup	(r) interpretação	(s) descumprimento	(t) simplificados

19) Complete as lacunas a seguir, a respeito das competências do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (art. 58-B, da LGPD):

19.1) propor \_\_\_(a)\_\_\_ estratégicas e fornecer \_\_\_(b)\_\_\_ para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e para a atuação da \_\_\_(c)\_\_\_;

19.2) elaborar \_\_\_(d)\_\_\_ anuais de avaliação da \_\_\_(e)\_\_\_ das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;

19.3) sugerir \_\_\_(f)\_\_\_ a serem realizadas pela ANPD;

19.4) elaborar \_\_\_(g)\_\_\_ e realizar \_\_\_(h)\_\_\_ e audiências públicas sobre a proteção de dados pessoais e da \_\_\_(i)\_\_\_;

19.5) disseminar o \_\_\_(j)\_\_\_ sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade à \_\_\_(k)\_\_\_.

(a) diretrizes	(b) subsídios	(c) ANPD	(d) relatórios
(e) execução	(f) ações	(g) estudos	(h) debates
(i) privacidade	(j) conhecimento	(k) população	







# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.